



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

GABRIEL ROCHA DA SILVA

**ENTRE O IMPACTO DO ESTIGMA E A FORÇA DA SUPERAÇÃO: A
TRAJETÓRIA DA HANSENÍASE PÓS-ISOLAMENTO COMPULSÓRIO EM
TERESINA-PIAUÍ (1976-2000)**

**Teresina – PI
2023**

GABRIEL ROCHA DA SILVA

**ENTRE O IMPACTO DO ESTIGMA E A FORÇA DA SUPERAÇÃO: A
TRAJETÓRIA DA HANSENÍASE PÓS-ISOLAMENTO COMPULSÓRIO EM
TERESINA-PIAUI (1976-2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Linha de Pesquisa: História, Cidade, Memória e Trabalho

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

S586e Silva, Gabriel Rocha da.
Entre o impacto do estigma e a força da superação : a trajetória da hanseníase pós-isolamento compulsório em Teresina-Piauí (1976-2000) / Gabriel Rocha da Silva. -- 2023.
175 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2023.
“Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto”.

1. História-Piauí. 2. Hanseníase. 3. Estigma. 4. Políticas.
I. Sousa Neto, Marcelo de. II. Título.

CDD 981.22

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004

GABRIEL ROCHA DA SILVA

**ENTRE O IMPACTO DO ESTIGMA E A FORÇA DA SUPERAÇÃO: A
TRAJETÓRIA DA HANSENÍASE PÓS-ISOLAMENTO COMPULSÓRIO EM
TERESINA-PIAUI (1976-2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto

Aprovada em: 27 de fevereiro de 2023.

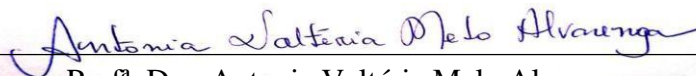
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto
(Presidente)



Prof^ª. Dra. Joseanne Zingleara Soares Marinho
(1º Examinador)



Prof^ª. Dra. Antonia Valtéria Melo Alvarenga
(2º Examinador)



Prof. Dr. Pedro Pio Fontineles Filho
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer, em primeiro lugar, a Deus, que esteve comigo em todos os momentos da minha vida. Desenvolver o projeto em meio a uma pandemia não foi fácil, mas a fé que depus em Cristo me fortaleceu, e tenho certeza de que foi por Suas bênçãos que consegui finalizar esta dissertação.

Agradeço também à minha família, que me apoiou e acompanhou cada passo, entre elaboração do projeto, participação na seleção do mestrado, assim como em todas as etapas que vieram posteriormente. Ao meu pai, por sempre se mostrar solícito e atencioso, mesmo que às vezes não entendesse o porquê das minhas angústias. À minha mãe, por ser um exemplo de profissional competente e por me acompanhar durante a escrita. Além das minhas irmãs, tios e avós que foram a minha base durante esse período.

Agradeço aos professores que tiveram importância significativa para meu desenvolvimento intelectual. Não poderia deixar de agradecer os professores que me marcaram na UESPI: Joseanne Zingleara, Cristiana Rocha, Pedro Pio, dentre outros. E, em especial, à Antonia Valtéria que me inseriu nos caminhos da pesquisa desde o meu 3º período da graduação, sendo uma das minhas principais referências no meio acadêmico.

Além disso, agradeço a todos os professores do PPGHB da UFPI, que contribuíram e colaboraram de algum modo para a pesquisa, em especial à professora Cláudia Fontineles, que, além de ter ministrado de forma primorosa uma disciplina, acompanhou-me durante o estágio docente.

Não poderia deixar de agradecer aos professores que estiveram na banca de qualificação: Pedro Pio e Joseanne Zingleara, por terem sido fundamentais para que o trabalho ganhasse “corpo” e densidade suficiente e se tornasse uma dissertação.

Além disso, agradeço ao meu orientador, Marcelo de Sousa Neto, que gentilmente aceitou me acompanhar durante o mestrado. De modo calmo e atencioso, esteve presente e contribuiu diretamente para que eu conseguisse desenvolver a pesquisa da melhor maneira possível.

Agradeço a todos que conheci durante esses dois anos e que me ajudaram no levantamento de fontes, dentre eles, Francilene Mesquita e Ruimar Batista, os quais, além de concederem uma entrevista, disponibilizaram fontes e repassaram contatos de outros possíveis colaboradores. Desejo agradecer, ainda, aos entrevistados que me confiaram suas histórias, de modo a me proporcionar um maior aprofundamento e proximidade com a temática, ao ouvir a experiência vivenciada por cada um.

Agradeço também o auxílio das pessoas ligadas ao Centro Maria Imaculada e à Ação Social Arquidiocesana que gentilmente cederam documentos das instituições, principalmente, José Oliveira, Sara Moura e Gerson. Sou grato, também, à atenção e à ajuda, de pessoas ligadas ao Conselho Municipal de Saúde, à Fundação Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Planejamento de Teresina, como Acilinara, Dra Amariles Borba e Gena, que, de forma solícita, prestaram informações e permitiram o acesso aos dados necessários para a construção da pesquisa. Agradeço também ao Marcone Rodrigues que me ajudou no Arquivo Público, durante a coleta de dados nos jornais.

Como dito, o momento pandêmico foi bastante complicado. Chegando o início das aulas, tudo era diferente: o ambiente virtual foi um verdadeiro desafio que tive que superar. Nesse momento, mesmo que remotamente, fiz amigos que contribuíram efetivamente para que aquela condição fosse a mais alegre possível, tendo alguns deles se tornado grandes parceiros, como a Isabela Moura, Sabrina Thays e Aline Amaral.

Agradeço também aos meus amigos da Igreja de diferentes grupos: Grupo de Oração Universitário, Encontro de Jovens com Cristo e Pastoral da Comunicação.

Primos, tios, madrinhas e padrinho, obrigado, por me oportunizarem momentos incríveis, ao longo desses dois anos e por me permitirem crescer espiritualmente. De modo geral, agradeço a todos que estiveram ao meu lado e me ajudaram durante essa jornada do mestrado. Saibam que todos vocês tiveram impacto extremamente positivo para minha vida, e que sou grato por conhecê-los.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter me concedido bolsas, fazendo com que eu conseguisse focar totalmente na pesquisa.

Enfim, ao finalizar estes agradecimentos, gostaria de demonstrar minha gratidão a todos que de alguma forma me ajudaram ao longo desses anos e que contribuíram para minha vida pessoal e acadêmica.

RESUMO

Ao longo dos anos, a hanseníase tem se apresentado como uma doença associada a fatores negativos, de caráter estigmatizante, o que influencia a permanência dessa enfermidade como uma questão de saúde pública. Diante disso, o objetivo geral deste estudo foi analisar como o estigma tem contribuído para os resultados obtidos na execução das políticas de combate e controle da hanseníase em Teresina, na fase pós-isolamento compulsório (1976-2000). A presente pesquisa estabeleceu como objetivos específicos: investigar como a cidade de Teresina insere-se no contexto de mudanças de políticas sanitárias nacionais, considerando as modificações no sistema nacional de saúde durante o período em estudo; discutir os desdobramentos históricos das políticas sanitárias que se redefiniram, após a abertura dos leprosários; debater como as políticas nacionais e locais de combate à hanseníase relacionam-se com o estigma; examinar o papel do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) no fomento de políticas de controle da hanseníase e assistência ao doente. Quanto à bibliografia, o enfoque deu-se sobre as discussões atreladas às políticas de saúde no país, em particular sobre aquelas relacionadas com a doença, tanto no âmbito local como nacionalmente, no recorte proposto. Dessa forma, recorreu-se a autores como Valtéria Alvarenga (2013), Keila Carvalho (2012), Gilberto Hochman (1998), Laurinda Maciel (2007), Dilene Nascimento (2005). As contribuições teóricas de Norbert Elias (1993) também foram importantes, em especial, sobre o processo civilizador e como as características sociais dos indivíduos vão sendo modificadas, no decorrer do tempo. Da mesma forma, foram de grande relevância os estudos de Erving Goffman (1988) sobre como o estigma incide sobre as relações sociais. Por se tratar de uma pesquisa com recorte temporal próximo, levou-se em consideração os debates sobre História do Tempo Presente, utilizando como base Agnès Chauveau e Philippe Tétart (1999). Nesse particular, a pesquisa abordou o estigma atrelado à hanseníase e como este afeta o contexto teresinense. Dessa maneira, considerou-se os estudos sobre cidade, tendo como referência Raquel Rolnik (1995) e Italo Calvino (1990), além dos aspectos acerca da memória, utilizando-se autores como Maurice Halbwachs (2006), Pierre Nora (1993), Michael Pollak (1989) e Jacy Seixas (2004). Vale, ainda, ressaltar que as noções sobre espaço e lugar procedem da obra de Michel de Certeau (1990). Quanto à metodologia, trata-se de pesquisa qualitativa, com ênfase em aspectos subjetivos e socioculturais relacionados às políticas e ações de movimentos sociais, a exemplo do Morhan. Em relação às fontes, elas são bastante diversificadas: relatórios, legislação, fotografias, entrevistas, jornais, dentre outras. Dito isso, constituiu-se de natureza bibliográfica e documental, com a utilização da metodologia de história oral. Por fim, constatou-se que as mudanças no tratamento de combate à doença foram positivas para a redução da incidência, porém não o suficiente para o cumprimento da meta de eliminação da doença, uma vez que a hanseníase esteve fortemente ligada a aspectos socioculturais que dificultam a concretização dessa meta, como é o caso do estigma.

Palavras-chave: História. Hanseníase. Estigma. Políticas.

ABSTRACT

Over the years, leprosy has been presented as a disease associated with negative factors, of a stigmatizing aspect, influencing the permanence of that illness as a public health issue. That said, the general objective of this study was analyze how the stigma has contributed to the results obtained in the execution of the combat and control policies of leprosy in Teresina, during the compulsory post-isolation phase (1976-2000). The present research established the following specific objectives: investigate how the Teresina city is inserted in the context of changes of national health policies, considering the modifications in the national health system during the studied period; discuss the historical developments of the sanitary policies that have been redefined, after the installation of the leprosy hospital; debate how the national and local combat polices against leprosy are related to the stigma; examine the role of the Movement for the Reintegration of People Affected by Leprosy (Morhan) in promoting leprosy control policies and patient care. About the bibliography, the study focused on the discussions linked to health policies in the country, especially those related to the disease, both locally and nationally, in the proposed time frame. In this way, the study dialogued with authors such as Valtéria Alvarenga (2013), Keila Carvalho (2012), Gilberto Hochman (1998), Laurinda Maciel (2007), Dilene Nascimento (2005). The theoretical contributions of Norbert Elias (1993) were also important, in particular, about the civilizing process and how the social characteristics of individuals are being modified, over the years in the course of time. In the same way, of great relevance were the studies of Erving Goffman (1988) about how the stigma affects the social relationships. Since it is a research with a close time frame, it considered the discussions about History of the Present Time, using as base Agn es Chauveau and Philippe Tétart (1999). In this particular, the research analyzed the stigma coupled up to the leprosy and how it affects the context in Teresina. Thus, it considered studies about city, having as reference Raquel Rolnik (1995) and Italo Calvino (1990), besides aspects about memory, using authors such as Maurice Halbwachs (2006), Pierre Nora (1993), Michael Pollak (1989) and Jacy Seixas (2004). It is also worth mentioning that the notions about space and place come from the work by Michel de Certeau (1990). Regarding to the methodology, it is a qualitative research, with an emphasis on subjective and sociocultural aspects related to policies and actions of social movements such as Morhan. In relation to the sources, they are very diversified: reports, legislation, photographs, interviews, newspapers, among others. Said that, the research was constituted of bibliographical and documentary nature, with the utilization of the oral history methodology. Finally, it was found that the changes in disease treatment were positive to the reduction in its incidence, but not enough to meet the goal of eliminating the disease, since the leprosy was strongly linked to sociocultural aspects that make it difficult to achieve the goal, as is the case of the stigma.

Keywords: History. Leprosy. Stigma. Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-PI da década de 1960 até 1980	74
Figura 2 - Jornal O Dia – Teresina-PI, 05 de março de 1985, p. 02.....	79
Figura 3 – Antiga Sede do Centro Maria Imaculada	102
Figura 4 – Fachada do Centro Maria Imaculada	103
Figura 5– Ampliação do Centro Maria Imaculada	104
Figura 6– Centro Maria Imaculada durante anos 90	105
Figura 7– Folder do Centro Maria Imaculada	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Casos de Hanseníase em Teresina (1997-2000)	94
Quadro 2– Indicadores de Atendimentos no Centro Maria Imaculada (1998-2000).....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
AIFO	Associação Italiana Amigos de Raoul Follereau
ANPUH	Associação Nacional de História
ASA	Ação Social Arquidiocesana
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CEP	Comitê em Ética em Pesquisa
CEPAC	Centro Piauiense de Ação Cultural
CF	Constituição Federal
CMI	Centro Maria Imaculada
CMS	Conselho Municipal de Saúde
COC	Casa de Oswaldo Cruz
FMS	Fundação Municipal de Saúde
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
HGV	Hospital Getúlio Vargas
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensões
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
MORHAN	Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PQT	Poliquimioterapia
SAGE	Sala de Apoio à Gestão Estratégica

SEMPPLAN Secretaria Municipal de Planejamento

SINAN Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SUS Sistema Único de Saúde

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A REDEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS DE COMBATE E CONTROLE DA HANSENÍASE PÓS-ISOLAMENTO COMPULSÓRIO.....	30
2.1	História da Saúde e das Doenças e História do Tempo Presente: relações em uma pesquisa histórica	31
2.2	O Brasil em meio a efervescentes mudanças políticas e estruturais na saúde na segunda metade do século XX	36
2.3	Atuação das entidades públicas em relação à hanseníase: novas formas de controle da doença.....	53
3	A CIDADE DE TERESINA E A PROBLEMÁTICA DA DOENÇA.....	68
3.1	A cidade e as mudanças socioculturais no final do século XX	69
3.2	Entre estigmas e o combate à doença: as condições socioculturais relacionadas à trajetória da hanseníase na cidade.....	79
3.3	O papel do Centro Maria Imaculada no tratamento de hanseníase na cidade	97
4	EIS O MORHAN: IMPACTO DO MOVIMENTO NA FORMA DE LIDAR COM A DOENÇA.....	113
4.1	Considerações sobre a criação do Morhan	115
4.2	Memórias que lutam: a atuação dos sujeitos como forma de sobrevivência.....	122
4.3	Memórias e trajetórias de acometidos pela doença em Teresina-PI.....	135
5	DENTRE PERMANÊNCIAS E MODIFICAÇÕES	144
	REFERÊNCIAS	148
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	159
	APÊNDICE B – Termo de Cessão Gratuita de Direitos sobre Depoimento Oral.....	163
	APÊNDICE C – Instrumentos de coleta de dados	164
	APÊNDICE D – Catálogo sobre pesquisas de história sobre lepra e hanseníase.....	166
	ANEXO A – Declaração de Autorização da Instituição Coparticipante.....	171
	ANEXO B – Autorização para acesso aos dados na FMS	172
	ANEXO C – Declaração de Autorização da Instituição Coparticipante 2.....	173
	ANEXO D – Autorização para acesso aos dados no CMI	174
	ANEXO E – Comprovante de envio e aprovação do projeto ao CEP/UFPI.....	175

1 INTRODUÇÃO

A ampliação do campo objetual da História, ao longo dos anos, despertou o interesse do historiador para temas fora da concepção tradicional dessa área. Assim, o debate de temáticas como a saúde pública, o sanitarismo, a trajetória das doenças e as experiências do adoecer dos diversos sujeitos passaram a integrar esse campo de pesquisa. Tendo, então, como base a compreensão de que as doenças são fenômenos biossocioculturais, por estarem definidas tanto por fatores biológicos quanto pelas condições socioculturais das populações, é lícito analisá-las a partir das estruturas sociais e mudanças da sociedade¹.

Dessa forma, a hanseníase/lepra², como objeto de estudo de História desde a década de 1990, vem fomentando discussões em vários programas de pós-graduação. Para identificação dos trabalhos específicos em História desenvolvidos em programas da mesma área, e que tiveram a doença como objeto central de análise, realizou-se um levantamento de informações no portal federal de Catálogo de Dissertações e Teses, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando os seguintes termos como filtro: hanseníase, lepra, *hansen*, asilo e leprosário.

O número total encontrado foi de 54 trabalhos cadastrados na plataforma até o mês de junho do ano de 2021. Desse modo, ao identificar tais obras, percebeu-se que grande parte dos estudos tratam de forma mais específica da relação com as políticas de segregação social e do contexto da primeira metade do século XX. Acabam, assim, por dar mais ênfase à fase histórica da doença, quando ainda era denominada como lepra. Especificamente sobre o contexto piauiense, destacou-se a tese de doutoramento de Valtéria Alvarenga³ que posteriormente foi

¹ NASCIMENTO, Dilene Raimundo. *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

² Segundo o Portal Oficial do Ministério da Saúde: “A hanseníase é uma doença infecciosa, contagiosa, de evolução crônica, causada pela bactéria *Mycobacterium leprae*. Atinge principalmente a pele, as mucosas e os nervos periféricos, com capacidade de ocasionar lesões neurais, podendo acarretar danos irreversíveis, inclusive exclusão social, caso o diagnóstico seja tardio ou o tratamento inadequado [...] Em 1995, como iniciativa inovadora para ressignificação social da doença, o Brasil determina através da Lei nº 9.010, que o termo “lepra” e seus derivados não podem mais ser utilizados na linguagem empregada nos documentos oficiais da Administração centralizada e descentralizada da União e dos estados. Esses passos foram importantes para ampliar a compreensão da história da hanseníase enquanto uma trajetória que não é do bacilo, mas de pessoas e famílias acometidas pela doença.” (BRASIL, 2022). Ver mais em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hanseníase>. Acesso em: 29 nov. 2022.

³ ALVARENGA, Antonia Valterio Melo. *Desenvolvimento e Segregação: políticas de modernização e isolamento compulsório de famílias afetadas pela lepra no Piauí (1930-1960)*. 2011. 359 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

publicada em formato de livro⁴, instituindo uma importante colaboração a respeito da temática no contexto regional.

O termo hanseníase entra em voga, quando o isolamento compulsório como prática do Estado é abolido, ao menos, oficialmente, com o decreto nº 968⁵ de 1962, começando as discussões sobre as formas de atenuar os estigmas atribuídos à doença. Isto posto, apesar dos termos biologicamente corresponderem à mesma doença, no tocante aos aspectos socioculturais, são completamente distintos. Enquanto a hanseníase enquadra-se em um contexto de possibilidade efetiva de cura, a partir da adoção de tratamentos eficazes, para a eliminação do bacilo, a lepra representou a fase de isolamento social, tanto para aqueles que eram atingidos pela enfermidade, como para seus familiares. Com isso, o desuso da utilização da denominação lepra constituía-se como estratégia de combate à hanseníase⁶.

Quanto às perspectivas teórico-metodológicas da constituição da historiografia sobre a doença, Valtéria Alvarenga⁷ apresenta considerações referentes a esse campo e à forma como a doença foi utilizada como objeto em História. Em suma, destaca algumas perspectivas e diferentes possibilidades de como abordar essas questões, apontando autores que trabalham a epidemia de forma atrelada à organização e ao fortalecimento do poder público brasileiro, ou seja, pesquisas relacionadas à intensificação das políticas públicas no Brasil no começo do século XX.

À vista disso, a autora cita, como pesquisadores que estão vinculados a essa abordagem, “Yara Monteiro, Luciano Curi, Vivian Cunha, Laurinda Maciel e Vicente Saul”⁸. Além do mais, há outros que, apesar de também exporem sobre esse contexto, optam por refletir sobre a lepra de um ponto de vista da história cultural, analisando a doença por meio da linguagem e dos discursos, através dos vários sentidos que são atribuídos à enfermidade. Nessa linha, enquadram-se Ítalo Tronca e Beatriz Anselmo.⁹

Somam-se a essas perspectivas os trabalhos que apresentam argumentações referentes à doença em si, para os quais a autora expõe, como exemplo, Dilma Cabral Costa, a qual “[...] pode ser inscrita no que se define como história das doenças, uma narrativa do fenômeno que procurava caracterizá-lo na sua natureza etiológica”¹⁰. Desta forma, a partir dessa interpretação,

⁴ ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Nação, país moderno e povo saudável: política de combate a lepra no Piauí*. Teresina: Edufpi, 2013.

⁵ BRASIL. Decreto nº 968, de 7 de maio de 1962. Baixa normas técnicas especiais para o controle da lepra no país e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 de maio de 1962.

⁶ Destaca-se que a mudança de nomenclatura ocorreu somente no Brasil.

⁷ ALVARENGA, op. cit.

⁸ ALVARENGA, op. cit., p. 28.

⁹ ALVARENGA, op. cit.

¹⁰ ALVARENGA, op. cit., p. 29.

discute-se a doença juntamente aos fatores singularizantes a ela relacionados, com a montagem do aparato burocrático brasileiro.

Por fim, outra forma de desenvolver reflexões sobre a doença é atribuindo o foco propriamente nos sujeitos que foram acometidos, ao invés da doença em si, articulando esses aspectos com outras conceituações, como a utilização das teorias sobre memória, contemporaneidade e a relação com os aspectos socioculturais, a persistência da doença e as políticas de controle.

Dentre o número total identificado de trabalhos defendidos até o momento da consulta (54), destacam-se alguns que associam os sujeitos acometidos pela doença como o foco das discussões, discorrendo sobre os aspectos socioculturais com categorias como memória e a relação da doença com as políticas públicas. Nesse sentido, a tese de Keila Carvalho¹¹ desenvolve um estudo sobre as políticas de isolamento compulsório na Colônia de Santa Isabel, localizada no estado de Minas Gerais, articulando a vivência dos sujeitos nesse leprosário e como os debates sobre memória se relacionam nesse contexto. De modo semelhante, enquadra-se a abordagem de Juliane Serres¹², que visa desenvolver essas memórias, tendo como foco a Colônia de Itapuã, no Rio Grande do Sul.

Além desses, o trabalho de Carla Porto¹³ busca articular as noções de memórias, tanto para aqueles que vivenciaram o leprosário de Aimorés em São Paulo como para aqueles que trabalharam nessa instituição. De modo convergente, Bruna Silveira¹⁴ apresenta a articulação sobre as memórias, tanto daqueles que foram isolados como dos filhos que estiveram nos preventórios. As referidas autoras são exemplos de historiadoras que desenvolvem trabalhos mais alongados sobre noções de memória e como elas incidem diante da problemática da doença.

Em face do exposto, outro empreendimento a ser destacado é o livro *História da hanseníase no Brasil: silêncios e segregação*¹⁵, organizado pela historiadora Yara Monteiro, uma das pesquisadoras precursoras em pesquisas de História referentes à hanseníase no Brasil,

¹¹ CARVALHO, Keila Auxiliadora de. *Colônia Santa Isabel: a lepra e o isolamento em Minas Gerais (1920-1960)*. 2012. 245 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

¹² SERRES, Juliane Conceição Primon. *Memórias do isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital Colônia do Itapuã*. 2009. 216 f. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo-RS, 2009.

¹³ PORTO, Carla Lisboa. *Reinventando um lugar de exclusão: práticas, representações e sociabilidades de portadores do Mal de Hansen no Aimorés (Bauru – São Paulo, 1945 – 1969)*. 2017. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

¹⁴ SILVEIRA, Bruna Alves. *Práticas sociais, memórias e vivências no combate à lepra: isolamento compulsório em asilos-colônia e preventórios brasileiros - 1935 a 1986*. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

¹⁵ MONTEIRO, Yara Nogueira. (Org.). *História da hanseníase no Brasil: silêncios e segregação*. São Paulo: LEER-USP; Fundação Paulista Contra Hanseníase; Intermeios, 2019.

que defendeu, em 1995, na Universidade de São Paulo, uma tese que teve a doença como objeto central nas discussões, intitulada “*Da maldição divina à exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*”¹⁶, e que, desde então, tem se dedicado a pesquisas relacionadas à enfermidade, se tornando uma grande referência na historiografia sobre a doença no país.

Nessa obra mais recente, Monteiro¹⁷ reuniu vinte e sete pesquisadores de diferentes regiões do Brasil que desenvolvem trabalhos sobre a doença. A divisão do livro apresenta a sua relevância para a compreensão da doença sob a dimensão histórica, uma vez que trata de textos divididos pelas cinco regiões do Brasil: Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Nota-se a amplitude que o problema possuiu em território nacional, articulando explicações acerca do chamado modelo tripé composto pelos dispensários, preventórios e leprosários que estiveram presentes em todas as regiões brasileiras no século XX.

Desse modo, como visto pela historiografia da doença, o isolamento compulsório foi a forma encontrada para controlar a doença perante esse contexto¹⁸. Diante dessa problemática, mesmo que os autores até aqui citados construam seus textos sob diferentes perspectivas históricas, ora dando mais ênfase às políticas públicas, ora ao caráter discursivo e das representações da doença, perpassando um enfoque maior nas discussões sobre a sua natureza ou até mesmo pelo foco nos sujeitos que foram acometidos, ainda assim percebe-se que todos têm em comum, como alvo dos debates, a “lepra”, sobretudo em um contexto de ampliação do poder público e de complexificação da sociedade brasileira, na primeira metade do século XX.

Tal constatação, como apresentado até o momento, demonstra a lacuna historiográfica sobre o contexto de redefinições políticas no controle da endemia e as considerações sobre a sua trajetória, quando passou oficialmente a ser chamada por hanseníase nas últimas décadas do século XX. Percebe-se que, em alguns desses trabalhos, a faixa temporal se estende para além do fim do modelo de combate à doença focado na segregação dos enfermos. Todavia, as discussões sobre essas transformações entram de forma complementar e não como centro de um estudo mais aprofundado, por não se tratar do foco dessas pesquisas.

O próprio trabalho de Alvarenga¹⁹ converge para essa perspectiva. Apesar de no quarto capítulo trabalhar com memórias daqueles que foram isolados, por meio da utilização de entrevistas, ela tem como objetivo entrevistar os ex-isolados, que, inclusive, destacam terem

¹⁶ MONTEIRO, Yara Nogueira. *Da maldição divina à exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*. 1995. Tese (Doutorado em História) — Universidade de São Paulo, 1995.

¹⁷ MONTEIRO, 2019.

¹⁸ MACIEL, Laurinda Rosa. “*Em proveito dos sãos, perde o Lázaro a liberdade*”: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). 2007. 380 f. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

¹⁹ ALVARENGA, 2013.

tido “lepra” e não “hanseníase”, o que demonstra uma diferença substancial através da perspectiva histórica.

Nesse sentido, quase meio século depois das práticas segregacionistas, apesar dos avanços no tratamento da hanseníase possibilitarem uma taxa de cura de mais de 90% dos casos, os números do agravo no país continuam preocupantes. Apenas em 2019, foram identificados 23.612 casos novos no Brasil, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). O exposto evidencia a necessidade de se continuar a compreender como se comporta a hanseníase do ponto de vista sociocultural, pois a doença continua sendo um desafio aos diferentes setores da sociedade que atuam no combate ao estigma, permanecendo como aspecto que tem colaborado para sua permanência no quadro das doenças negligenciadas²⁰.

Diante disso, destacou-se o Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan)²¹, que vem contribuindo nacionalmente com debates e ações que refletem nas políticas de controle da hanseníase e na reparação dos que sofreram em consequência de políticas segregatórias. O movimento tem como objetivos combater os preconceitos decorrentes do estigma e lutar pela garantia da dignidade para todos os acometidos, ao defender o direito à saúde, através de diagnósticos precoces, tratamento eficaz e acolhimento social desses sujeitos.

Assim, a realidade demonstrada para a doença em nível nacional abre um debate que deve ser pensado, também, para estados e municípios. Mesmo com todos os avanços científicos, o Piauí é um dos estados brasileiros com maior número de casos. Ao pesquisar informações no Portal Federal Sala de Apoio de Gestão Estratégica (SAGE), verifica-se que, em 2006, segundo dados do Sinan presentes nesse endereço eletrônico, os números eram de 44,56 pessoas por 100 mil habitantes, enquanto a média nacional era de 23,1 acometidos pela enfermidade.

Em vista disso, com o objetivo de compreensão da doença, sob a perspectiva histórica, surgiram os seguintes questionamentos: quais foram as políticas sanitárias pós-isolamento compulsório direcionadas aos acometidos por hanseníase? Que relações podem existir entre as permanências da doença e o estigma que a acompanhava? Como essas medidas estão relacionadas com os resultados apresentados em Teresina-Piauí para o período de 1976 a 2000?

²⁰ Segundo a OMS, as doenças negligenciadas são doenças que atingem a camada mais fragilizada socioeconomicamente, devido a condições de falta de saneamento básico e pobreza. Além da hanseníase, pode-se citar como exemplos: dengue, malária, tuberculose etc. Disponível em: <https://www.who.int/teams/control-of-neglected-tropical-diseases>. Acesso em: 09 out. 2020.

²¹ O portal do Morhan destaca que a fundação nacional ocorreu em 6 de junho de 1981. No Piauí, o livro comemorativo de 25 anos do movimento aponta que o núcleo regional foi fundado de modo oficial em 12 de setembro de 1985 (RUIMAR, 2010). Os aspectos sobre o movimento serão melhor articulados nos capítulos posteriores.

Tais problematizações decorreram da lacuna historiográfica anteriormente citada, devido ao fato de a maior parte dos trabalhos que tratam sobre a doença terem como foco o momento histórico em que esta foi denominada como lepra. Ante o exposto, a presente dissertação inseriu-se na discussão sobre os aspectos socioculturais relacionados à trajetória da hanseníase no contexto pós-isolamento compulsório nas últimas décadas do século XX (1976-2000) no município de Teresina-Piauí.

Considera-se o conceito de estigma como central para as reflexões e como isso contribuiu para a permanência da doença e para a execução dessas políticas. Dessa maneira, apesar de os debates sobre as redefinições e os estigmas permearem toda a dissertação, a ênfase sobre a conjuntura local de Teresina tem início na seção três, perpassando a seção quatro do trabalho.

Em relação a isso, em 2019, o Ministério da Saúde reconheceu a importância dos fatores socioculturais na permanência da doença, definindo como estratégias nacionais para a redução de sua carga, três pilares: fortalecer a gestão do programa de combate à doença, enfrentar a hanseníase e suas complicações e promover a inclusão social por meio do combate ao estigma e à discriminação²². Ou seja, o documento nacional representa um exemplo de que, mesmo com os esforços para o controle da doença, o estigma continua como aspecto problemático sobre a hanseníase.

Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar como o estigma, um elemento cultural de permanência da hanseníase, tem contribuído para os resultados obtidos na execução das políticas de combate e controle da hanseníase em Teresina-Piauí, na fase pós-isolamento compulsório (1976-2000). Diante disso, a pesquisa insere-se na perspectiva da História da Saúde e das Doenças. Como principal referência têm-se as contribuições de Dilene Nascimento (2005) sobre as doenças enquanto objeto de estudo da História. Salienta-se também a dificuldade em bibliografia específica sobre o tema, em especial diante do contexto temporal próximo, necessitando-se da utilização da interdisciplinaridade com contribuições de autores de outras áreas e que serão apontados posteriormente.

Devido à faixa temporal e às problematizações levantadas sobre questões que se mantêm latentes na sociedade, também pode ser enquadrada como História do Tempo Presente. Quanto a essas discussões, têm-se como base o livro *Questões para História do Presente* (1999), coletânea de textos organizada por Agnès Chauveau e Philippe Tétart²³.

²² BRASIL. Ministério da Saúde. *Estratégia Nacional para o enfrentamento da Hanseníase - 2019-2022*. Brasília, DF, 2019.

²³ Os debates serão mais aprofundados na segunda seção da dissertação.

De maneira específica, objetivou-se discutir os desdobramentos históricos das políticas sanitárias que se redefinem após a abertura dos leprosários; debater como as políticas nacionais e locais de combate à hanseníase relacionam-se com o estigma; investigar como a cidade de Teresina se insere no contexto de mudanças de políticas sanitárias nacionais e as modificações no sistema nacional de saúde durante o período em estudo; examinar o papel do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) no fomento de políticas de controle da hanseníase e de assistência ao doente.

Dessa forma, o termo “política”, ao longo do trabalho, é utilizado de maneira abrangente, considerando-se não só as políticas públicas propostas pelo Estado nos diferentes âmbitos (federal, estadual, municipal), mas também as ações sociais e a participação da população, como em movimentos sociais como o Morhan que atuam no combate à doença, e, em alguns casos, agem em parceria com os poderes públicos. Tal entendimento está em consonância com a Constituição Federal de 1988²⁴ que atribui a pauta de saúde como direito de todos e dever do Estado, por meio de políticas sociais e econômicas e prevendo a participação da sociedade nesse processo.

Desse modo, a doença foi compreendida como entidade cultural, em um contexto recente na cidade de Teresina, mas vista de modo atrelado aos aspectos regionais e nacionais, estabelecendo-se a importância da relação entre as políticas implementadas para seu controle e o estigma, e como esses fatores contribuem para a discussão sobre a problemática da enfermidade.

A faixa temporal proposta teve como marco inicial 1976, por ser o ano de aprovação da portaria nº 165²⁵ que estabeleceu as novas políticas de controle da hanseníase. Inclusive, a própria terminologia empregada neste documento foi “hanseníase” e não mais “lepra”, como era encontrada nos documentos de anos anteriores. O fim da faixa temporal é o ano 2000, que marca a meta da Organização Mundial de Saúde (OMS) de eliminação da doença como problema de saúde pública. Além disso, foi durante esse ano que aprovaram a portaria nº 816²⁶, a qual orienta as medidas de controle, diagnóstico e combate à doença no Brasil e que, segundo o Sistema de Legislação da Saúde, permanece em vigência.

²⁴ BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 fev. 2021.

²⁵ BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 165/Bsb, de 14 de maio de 1976. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 de junho de 1976.

²⁶ BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 816/Bsb, de 26 de julho de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 de julho de 2000.

Dessa forma, a pesquisa procurou destacar não o aspecto biológico, mas a dimensão cultural e como esta se apresenta no cenário regional, considerando o município de Teresina como um espaço de movimento e dinâmicas sociais que são definidas pelas práticas e atuações dos sujeitos²⁷, e como essas práticas influenciam as discussões sobre saúde pública e doença.

Nesse caso, a faixa temporal apresentada (1976-2000) foi definida pela escassez de trabalhos que tenham como foco e analisem a doença na perspectiva histórica, durante o contexto da segunda metade do século XX. Para isso, o estudo tem ênfase em como as políticas de combate e controle à hanseníase foram sendo redefinidas no período brasileiro de mudanças socioculturais e políticas, além das mudanças no sistema nacional de saúde, considerando-se que foi um período de intensas lutas da sociedade, não apenas para o fim do sistema repressivo que vigorava no país, mas pela inclusão de novos sujeitos na esfera dos direitos conquistados, sobretudo com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Ademais, houve o interesse pessoal do pesquisador em continuar a pesquisa acerca da doença iniciada na sua Graduação, através do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), na Universidade Estadual do Piauí. A atuação nesses trabalhos²⁸ anteriores possibilitou o contato com ampla literatura interdisciplinar referente à hanseníase e com fontes primárias diversificadas, permitindo o aprofundamento, ao refletir sobre essa temática.

Sendo assim, acreditou-se que, ao acentuar a visibilidade para o estigma que acompanha a doença em trabalhos científicos como esse, a pesquisa histórica cumpre o importante papel social de colaborar para combater a forma de comportamento humano que tem contribuído para a discriminação, a qual, ao longo da história, vem fazendo vítimas sociais.

Dessa maneira, entende-se que o trabalho cooperou para a ampliação da historiografia que aborda a saúde e as doenças como fenômenos socioculturais e políticos, através da expansão do estudo sobre a problemática da hanseníase e como ela se insere na sociedade, considerando a importância de tratar sobre esses aspectos, no sentido de reduzir fatores como o estigma, além de contribuir para o debate sobre esses aspectos do ponto de vista histórico em um contexto temporalmente próximo.

²⁷ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1990.

²⁸ As pesquisas iniciaram através do projeto PIBIC intitulado “Rizoma Endêmico: a segmentação territorial da hanseníase em Teresina-PI (2006-2016)”, que posteriormente foi prorrogado por mais um ano com o título “Doença Negligenciada: a expansão da hanseníase na periferia de Teresina-PI (2006-2016)”. As pesquisas foram desenvolvidas entre o segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2019. Posteriormente os dados levantados foram utilizados na defesa do Teste de Conclusão de Curso do pesquisador, intitulada “*Ciência e Estigma: a trajetória da hanseníase na sociedade teresinense (2006-2016)*”, defendida em fevereiro de 2020. Durante todo esse período, a orientação esteve sob responsabilidade da pesquisadora Dr^a. Antonia Valtéria Melo Alvarenga e foi desenvolvido na Universidade Estadual do Piauí.

O suporte bibliográfico visou ao aprofundamento teórico sobre as políticas de saúde no país, bem como sobre as políticas de identificação, controle e eliminação da hanseníase desenvolvidas local e nacionalmente, no recorte temporal da pesquisa. Para tanto, foram utilizados diversos autores, como Agnés Chauveau e Philippe Tétart²⁹ que discutem sobre a História do Tempo Presente, outros que abordam saúde e doença como problema político e sociocultural, como Valtéria Alvarenga³⁰, Keila Carvalho³¹, Gilberto Hochman³², Laurinda Maciel³³, Dilene Nascimento³⁴, além das contribuições teóricas de Norbert Elias³⁵ sobre como ocorre o processo civilizador, e as características sociais dos indivíduos que vão sendo construídas no decorrer dos anos, e, ainda, as contribuições de Erving Goffman³⁶ sobre estigma.

A pesquisa apresenta-se com uma abordagem que tem enfoque em como o estigma sobre a hanseníase afeta realidades locais como a teresinense. Assim, cabe mencionar também as discussões relacionadas às noções de espaço e lugar de Michel de Certeau³⁷ e as contribuições sobre o estudo de cidade de Raquel Rolnik³⁸ e Italo Calvino³⁹, bem como as considerações sobre memória utilizando-se autores clássicos, como Maurice Halbwachs⁴⁰, Pierre Nora⁴¹ e Michael Pollak⁴². Tais discussões sobre memória também foram relacionadas com a utilização da História Oral a partir do manual proposto por Verena Alberti⁴³, bem como com as considerações de Ricardo Santhiago e Valéria Magalhães⁴⁴, sobre entrevista em ambientes virtuais.

Metodologicamente, a pesquisa é de natureza qualitativa. O enfoque ocorreu através dos indicadores da incidência da doença de 1976-2000, que foram relacionados através dos aspectos

²⁹ CHAUCHEAU, Agnés; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

³⁰ ALVARENGA, 2013.

³¹ CARVALHO, 2012.

³² HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec: ANPOCS, 1998.

³³ MACIEL, 2007.

³⁴ NASCIMENTO, 2005.

³⁵ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

³⁶ GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

³⁷ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1990.

³⁸ ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

³⁹ CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. [Le città invisibili, 1972].

⁴⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

⁴¹ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

⁴² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p. 3-15, 1989.

⁴³ ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

⁴⁴ SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90* (online), [Porto Alegre], v. 27, p. 1-18, 2020.

subjetivos, socioculturais e políticos referentes a essa problemática. Assim, baseou-se nas contribuições de John Creswell⁴⁵, quando este aponta que essas fontes podem ser adquiridas através de textos, entrevistas e/ou imagens, considerando as especificidades, tanto presentes nesses documentos quanto nas interpretações do pesquisador neles fundamentado.

A parte documental foi composta por um grupo variado de fontes primárias sobre a hanseníase, produzidos pelo Ministério da Saúde, através da identificação das portarias que reorientam as políticas sanitárias de combate e controle à doença, bem como de relatórios gerais que tratam sobre a enfermidade. Além disso, há a documentação presente nos relatórios de atividades do município de Teresina. O acesso foi possível através da disponibilização de relatórios por parte da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (Semplan)⁴⁶ e de pesquisa no arquivo da Câmara Municipal de Teresina. Foram consultados, ainda, documentos na Fundação Municipal de Saúde (FMS)⁴⁷ a respeito da trajetória da saúde pública em Teresina-PI.

Dentre os documentos consultados, citam-se: protocolos, relatórios, políticas aplicadas, estratégias de ação para combate à doença e os indicadores da incidência desta, em Teresina. Tais documentos, apesar de não serem específicos sobre a hanseníase, por se tratar de informações sobre a saúde pública de modo geral, em certa medida, expõem as ações executadas em relação ao combate à doença. Porém, ressalta-se que, devido à extensão e recuo da faixa temporal em estudo, não foi possível ter acesso a todos os relatórios de cada ano entre 1976-2000, por não estarem disponíveis nos locais pesquisados⁴⁸.

Também foram consultados os documentos do Centro Maria Imaculada (CMI), por esta ser uma instituição referência no tratamento de pessoas atingidas pela hanseníase, tanto no âmbito municipal como estadual. Esta consulta viabilizou o acesso a fotografias antigas do local, bem como a relatórios que reuniam informações sobre as atividades executadas no Centro em determinado ano. O levantamento desses relatórios foi realizado na entidade responsável pelo CMI, a Ação Social Arquidiocesana (ASA), através de registro fotográfico das referidas documentações⁴⁹.

⁴⁵ CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre. Editora: Artmed, 2010.

⁴⁶ Os relatórios de atividades municipais consultados foram dos seguintes anos: 1976; 1979; 1980-1982; 1986; 1991-1993; 1995; 1997-2001.

⁴⁷ Os relatórios de gestão da Fundação Municipal de Saúde obtidos foram dos anos: 1997; 1999 e 2002.

⁴⁸ A dificuldade de obtenção de tais documentos denota a problemática da preservação de acervos documentais nas instituições públicas, uma vez que não houve o cuidado de catalogação dos documentos procurados, de modo que não foi possível o acesso.

⁴⁹ A instituição filantrópica atualmente é mantida pela Ação Social Arquidiocesana (ASA) e configura-se como importante entidade no combate à doença na região. As discussões sobre ela serão mais aprofundadas nos capítulos posteriores. Para isso, foram consultadas fotografias referentes à década de 1980 e 1990, que mostram

Quanto às fontes hemerográficas, também foi realizado o registro fotográfico através de pesquisa no Arquivo Público do Piauí. Cabe ressaltar os desafios decorrentes das novas regulamentações, devido à pandemia da covid-19. Dessa maneira, as visitas ao Arquivo foram reduzidas para uma vez na semana.

Por isso, foi escolhido um jornal em específico, *O Dia*, para que fosse realizada essa pesquisa, considerando-se que é um veículo de comunicação que possui publicação diária, de grande circulação e que abarca notícias de diferentes temáticas referentes ao cotidiano da sociedade, dentre eles, os aspectos sobre saúde pública e doença. Além disso, como forma de atenuar os desafios impostos pelo contexto pandêmico de dificuldade de acesso às fontes, foram realizadas pesquisas na sede do *O Dia* em Teresina, nos períodos em que não era possível a visita ao Arquivo Público do Piauí.

Foram conferidos os jornais em todos os meses dos seguintes anos: 1988, 1989, 1992-1995. Além disso, outros marcos temporais foram consultados, mas não todos os meses. Dentre estes, pode-se citar: dezembro de 1976, abril/agosto de 1979, janeiro de 1980, janeiro/maio e setembro/outubro de 1985 (os demais meses desse ano não estavam disponíveis para pesquisa no Arquivo Público). Os critérios estabelecidos para a consulta foram, tanto os anos que poderiam apresentar alguma notícia importante para a temática como devido às lacunas decorrentes da escassez de documentações de outra natureza. Assim, procurou-se pesquisar as temporalidades em que não havia informações sobre saúde e doença em Teresina suficientes para desenvolvimento da pesquisa⁵⁰.

Somado a isso, foram utilizados textos produzidos por sujeitos da área de saúde que publicaram a respeito da doença e que possuem em suas pesquisas importantes indicadores relacionados à hanseníase, especialmente dados quantitativos que permitiram se ter uma noção sobre a gravidade do problema no período em destaque. Assim, foi possível verificar que a doença continuava em ascendência no contexto piauiense, apesar de os dados nacionais apresentarem queda. Os referidos textos foram encontrados através de uma busca realizada no momento da construção do projeto de pesquisa no portal da Biblioteca Virtual de Saúde.

A pesquisa oral almejou compreender pessoas que tiveram contato com a doença, seja por terem sido acometidas diretamente, ou por lidarem com ela em algum aspecto. Dessa forma,

o local e como ele foi modificado, ao longo dos anos. Além disso, os relatórios consultados foram dos seguintes anos: 1998 a 2001.

⁵⁰ Apesar de ter sido feita pesquisa sistemática somente utilizando o jornal *O Dia*, houve a busca por notícias em outros jornais como os presentes no Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Para mais informações consultar o portal: <http://memoriadojornalismopi.com.br/> acesso em 29 nov. 2022. Além disso, houve a contribuição do colega do mestrado, Marccone Rodrigues, que, por pesquisar em jornais da década de 1970 e 1980, ao encontrar notícias sobre a doença, gentilmente repassou para este pesquisador.

foram entrevistadas seis pessoas para a pesquisa: cinco delas tiveram a doença, dentre elas, quatro foram diagnosticadas entre as décadas de 1980 e 1990, e outra durante os anos 2000, mas que em seu relato expõe que sentiu sintomas ainda durante a década de 1990.

Trata-se de sujeitos que tiveram a doença, que conviveram com o estigma que pesa sobre ela, e/ou que participam do Morhan. Dos cinco entrevistados que tiveram a doença, dois atuam ativamente no movimento social, e os demais, apesar de não terem atuado diretamente, conhecem o movimento e reconhecem a importância deste para a eliminação da doença, por também estarem vinculados ao Centro Maria Imaculada.

Além disso, foi entrevistado um trabalhador da saúde que atua profissionalmente no Centro Maria Imaculada, desde o início da década de 1990. Apesar de não ter tido a doença, convive com ela em seu ambiente de trabalho há décadas, estando presente no momento de maior ampliação das atividades da instituição, quando a Ação Social Arquidiocesana assumiu a responsabilidade da entidade.

Observou-se a importância que esse centro teve para o diagnóstico e para as relações pessoais, como isso afetou no enfrentamento da doença, além do apoio encontrado por meio do movimento social, bem como os que dele participam para a superação desse obstáculo. Sendo assim, coadunou-se com a perspectiva de Amado e Ferreira⁵¹ de História Oral, a qual, “entendida como metodologia, [...] remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica”. Por essa razão, a produção do conhecimento histórico se remete à prática, metodologia e teoria.

Para a utilização de fonte com essa natureza, o projeto passou primeiro pelo crivo do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí. Assim, o trabalho teve de se adequar às normas de ética em pesquisa presentes na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº. 466, de 2012, que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos⁵² e a Resolução nº 510, de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, que possuem procedimentos metodológicos envolvendo dados diretamente obtidos com os sujeitos⁵³.

Nesse sentido, inicialmente, as entrevistas estavam previstas para ocorrerem de modo virtual, devido ao contexto pandêmico presente no desenvolvimento da pesquisa. Entretanto,

⁵¹ AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 8.

⁵² BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, *Diário Oficial da União*, 12 dez. 2012.

⁵³ BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 maio 2016.

com o avanço da vacinação e a diminuição do número de casos de infecção por covid-19, foi proposta a emenda do projeto ao CEP para que as entrevistas pudessem ocorrer de maneira presencial, caso fosse da vontade do colaborador⁵⁴.

Além disso, a confidencialidade e o anonimato foram propostos aos entrevistados e previstos na adequação do projeto de pesquisa. No entanto, houve a identificação de todos os entrevistados em respeito à resolução 510/2016, artigo 9º, parágrafo V, na qual afirma-se, sobre os direitos do participante: “decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública”⁵⁵.

Outro aspecto acrescentado nessa emenda foi a extensão da faixa temporal de 2000 para 2010. Inicialmente, a proposta de pesquisa tinha como recorte os anos entre 1976-2000, mas esse período foi ampliado para mais uma década no momento de submissão da emenda na plataforma como tentativa de facilitar o acesso a fontes, tanto documentais como orais. Todavia, após o acesso a mais documentações que não estavam em posse do pesquisador no momento de submissão no sistema, houve novamente o retorno para a faixa temporal indicada no começo da proposta, de modo que se fixou a pesquisa de acordo com o recorte inicialmente previsto.

Somado a isso, houve alteração da primeira parte do título do presente trabalho, de modo que alguns documentos, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Cessão Gratuita de Direitos sobre Depoimento Oral, possuem essa primeira parte diferente do título atual, além do ano de 2010 como limitação temporal ao invés do ano 2000.

Quanto às entrevistas, o primeiro contato do pesquisador com o (a) colaborador (a) foi para explicação sobre os objetivos da pesquisa e o encaminhamento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que indica todas as especificidades do trabalho. Então, depois disso, foi marcada a data da entrevista de acordo com a disponibilidade do entrevistado. Como dito anteriormente, foram realizadas seis entrevistas para a pesquisa, a primeira de maneira virtual, utilizando a plataforma Google Meet e outras cinco presencialmente, sendo duas no local de residência do entrevistado e as demais no Centro Maria Imaculada.

Após passarem pela etapa de transcrição de áudio, foi enviado o documento transcrito para que o colaborador pudesse confirmar quais informações poderiam ser tratadas de forma pública. E então, somente após essa etapa, e com a assinatura do Termo de Cessão Gratuita de Direitos sobre Depoimento Oral, ocorreu a análise dos dados, partindo da articulação entre as

⁵⁴ Foi utilizado o termo “colaborador”, em consonância com Paul Thompson (2002).

⁵⁵ BRASIL, 2016, p. 6.

falas dos colaboradores e as fontes documentais que foram investigadas e organizadas, ao longo da pesquisa.

Dito isso, as entrevistas foram utilizadas levando em consideração o caráter subjetivo, uma vez que, durante esse processo, o pesquisador produz a fonte histórica, o que a difere das documentações de outra natureza que não foram concebidas originalmente com tal finalidade. Assim, nota-se a subjetividade própria dos entrevistados, perpassada pela subjetividade de quem entrevista e que, a partir dos recortes e escolhas, desenvolve a narrativa escrita.

Entretanto, esse aspecto não atribui valor negativo para a pesquisa, uma vez que se baseou em procedimentos previstos e apresentados por Verena Alberti⁵⁶ em que a autora apresenta uma série de procedimentos utilizados no Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas que devem ser executados para que a metodologia seja realizada de maneira eficiente.

Ante o exposto, considera-se que toda fonte deva ser colocada sob o crivo crítico, e o depoimento oral da mesma forma, relacionando as diferentes fontes com os aspectos teóricos da história, sobretudo referentes à memória, como brevemente apontado nos parágrafos anteriores.

Desse modo, um aspecto primordial para a utilização de entrevistas é o entendimento sobre o conceito de memória. Considerando o que Alessandro Portelli⁵⁷ argumenta como processo ativo de construção, o entrevistador ao fazer essa abordagem abre as possibilidades para que os acontecimentos sejam reconstruídos de acordo com uma série de nuances, como as lembranças e esquecimentos.

Assim, longe de ser algo passivo, estabelece-se como agente dinamizador diante do espaço narrativo entre o colaborador e o entrevistador, perpassando pela subjetividade do pesquisador, ao selecionar e fazer os recortes das perguntas e sobre quais aspectos focar no procedimento, e pela subjetividade do sujeito que pode dar mais ênfase em certas respostas em detrimento de outras.

Além disso, somam-se os debates sobre a metodologia com as dimensões da memória. De acordo com isso, Janaína Amado⁵⁸, ao tratar sobre os debates sobre memória, defende que: “Embora relacionadas entre si, vivência e memória possuem naturezas distintas, devendo, assim, ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de

⁵⁶ ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

⁵⁷ PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral Diferente. *Revista Projeto Escola*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

⁵⁸ AMADO, Janaína. O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. *História*, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995, p. 131.

especificidade”. Dessa maneira, a memória é constituída de variáveis que condicionam a seleção e a reelaboração do passado experienciado.

Por isso, de acordo com esse entendimento complexo da memória e da forma como ela pode ser operacionalizada a partir da metodologia da História Oral, salienta-se que, para além do entendimento de que estas servem apenas como complemento daquilo que muitas vezes não pode ser encontrado por meio de outras fontes, a História Oral possui um aspecto mais abrangente, de mostrar essas subjetividades que não são atingidas por fontes de outra natureza, por elas não terem sido concebidas como fonte histórica.

Por isso, os cuidados com a escrita na produção acadêmica devem ser basilares, como demonstra Lucilia Delgado⁵⁹ sobre os aspectos relacionados ao *métier* do historiador, pois durante esse procedimento ele constrói a fonte histórica de maneira proposital e influenciada pelos direcionamentos das perguntas efetuadas.

Ante o exposto, em relação aos dados qualitativos catalogados e utilizados ao longo da pesquisa, foi realizada a construção da narrativa histórica, tendo como base os referenciais teóricos próprios da área de Ciências Humanas e Sociais, dentre os quais citam-se as categorias de “estratégias” e “táticas” de Certeau⁶⁰. No trabalho, entendeu-se como “estratégias” as políticas pensadas como forma de controlar a doença e as “táticas” como a forma que alguns cometidos, em especial aqueles envolvidos no Morhan, atuaram como tentativa de combater a doença com base na articulação do movimento social.

Assim, entendeu-se também a importância do conceito de processo civilizador⁶¹ como forma de compreensão de como a sociedade se complexifica e as políticas vão se construindo de modo a atenuar os problemas sociais. Somou-se a isso o conceito de estigma⁶², e como este afeta os acometidos pela doença, dentre outros pensadores que foram citados anteriormente e que permitem a compreensão sobre as nuances da sociedade, articulando as fontes com base nesses referenciais. Tais conceitos referidos funcionam ao longo do trabalho através do entendimento da doença enquanto problema sociocultural.

Em termos estruturais, o trabalho conta, além desta introdução, com mais quatro seções. Na seção dois, intitulada “A redefinição das políticas de combate e controle da hanseníase pós-isolamento compulsório”, salientou-se, na primeira subseção, os aspectos teóricos pertinentes aos trabalhos em História que têm como objeto de estudo as doenças e a saúde, apontando os

⁵⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, [S.l.], v. 6, p. 9-25, 2003.

⁶⁰ CERTEAU, 1990.

⁶¹ ELIAS, 1993.

⁶² GOFFMAN, 1988.

desdobramentos e as formas de utilização dessas discussões relacionando-as com os aspectos socioculturais da sociedade na segunda metade do século XX. Além disso, as implicações decorrentes das problematizações e da faixa temporal selecionada que convergem para a adequação da pesquisa naquilo que é conhecido como História da Saúde e das Doenças e História do Tempo Presente.

Na segunda subseção, foi contextualizada a conjuntura do Brasil nas últimas décadas do século XX, reiterando o debate sobre o período militar e os aspectos da saúde pública, bem como o impacto da Reforma Sanitária, que desencadeou posteriormente na criação do SUS quando promulgada a Constituição de 1988. Ademais, o enfoque da terceira subseção foi especificamente sobre a doença e as novas formas de intervenções públicas que se redefiniram após o fim do isolamento compulsório. Assim, foram utilizadas as portarias que modificaram os protocolos de controle e combate à doença, alterando para o tratamento ambulatorial, além de textos de profissionais da saúde que publicaram sobre a doença e que possuem em suas obras dados quantitativos acerca da hanseníase, permitindo traçar o panorama sobre a situação da doença naquele momento.

Na sequência, vem a seção três, intitulada “A cidade de Teresina e a problemática da doença”, em que, primeiramente, foi realizada a reflexão sobre cidade para além de um espaço físico, articulando-se com a situação específica de Teresina no final do século XX, e como esses debates dialogam com as questões relacionadas à higienização e ao sanitarismo na cidade. Na segunda subseção, foi discutido como o estigma atuou em relação à permanência da doença, e como isso colaborou para que a endemia continuasse como um problema de saúde pública no novo milênio, em articulação com a discussão mais ampla sobre as transformações na saúde pública nacional que estavam ocorrendo e que influenciaram o combate à enfermidade. A terceira subseção teve o desenvolvimento direcionado ao papel do Centro Maria Imaculada no tratamento da hanseníase na cidade, e sobre como ocorreu a relação da instituição com a sociedade civil e as autoridades públicas, considerando que esta é uma instituição de referência no tratamento humanizado de pessoas acometidas pela doença.

Na quarta seção intitulada “Eis o Morhan: impacto do movimento na forma de lidar com a doença”, foi realizada a apresentação da trajetória do Morhan, a atuação do movimento, reivindicando melhorias para os acometidos pela doença, bem como a forma como ele atua em relação ao combate à enfermidade. Além disso, através da realização de entrevistas sob a metodologia de História Oral temática⁶³, discutiu-se acerca das noções de memória sobre

⁶³ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

pessoas que foram acometidas pela doença, bem como a discussão sobre como o estigma impactou aqueles que foram acometidos por ela.

Sendo assim, como dito anteriormente, foram realizadas entrevistas com sujeitos que participaram do Morhan, os quais rememoram o período de enfoque da pesquisa e as lutas relacionadas à trajetória da doença. Dessa maneira, a seção teve como intuito debater sobre a condição de ter a doença em um contexto de redefinição das políticas, ao apresentar o olhar do próprio acometido, e a relação do movimento para o controle dela nas últimas décadas do século XX.

Por fim, na quinta seção, “Dentre permanências e modificações”, foi realizada a retomada das discussões das seções anteriores, sendo apontadas as considerações finais resultantes das variadas documentações analisadas, ao longo da pesquisa. Em linhas gerais, constatou-se que as mudanças no tratamento de combate à doença foram positivas para a redução da incidência, sobretudo a partir da adesão da poliquimioterapia nas últimas décadas do século XX. Todavia, tais modificações no tratamento da enfermidade não foram suficientes para o cumprimento da meta da OMS de eliminação da enfermidade, no final do milênio passado.

Nesse sentido, verificou-se que tais problemáticas decorreram da forte ligação entre hanseníase e os aspectos socioculturais que dificultaram a concretização dessa meta, uma vez que, biologicamente, através dos avanços médicos, já havia um mecanismo que permitia a cura do paciente. Dentre esses aspectos, questões sociais, como pobreza, falta de saneamento, falta de educação em saúde estão atreladas intrinsecamente à problemática da doença, posto que ela atinge principalmente a parcela mais fragilizada socioeconomicamente.

E, dessa maneira, o estigma é posto como um dos principais elementos socioculturais que contribuíram para a dificuldade na eficiência das políticas de combate e controle à endemia, o que se constatou, inclusive, nos documentos oficiais analisados que colocam essa característica como um dos principais motivos para a persistência do problema.

Por fim, ao finalizar esta introdução, destaca-se o convite para a leitura do trabalho que se utiliza da trajetória da doença como forma de discutir sobre problemas sociais, culturais e políticos presentes no contexto do final do século XX, e como estes aspectos permanecem presentes na sociedade.

Apesar das inúmeras tentativas de eliminação da hanseníase, mesmo com a virada do milênio, e com a utilização de medicamentos eficientes no tratamento da doença, o país não conseguiu atingir a meta da OMS. Dessa maneira, a hanseníase permaneceu assolando a população, o que chama a atenção para a importância de se discutir sobre os aspectos

socioculturais que estão relacionados à permanência desses indicadores, uma vez que esses fatores estão atrelados às dificuldades de controlar a doença.

PARTES RESTRITAS

PÁGINAS 30 a 143

5 DENTRE PERMANÊNCIAS E MODIFICAÇÕES

Este trabalho teve como objetivo geral analisar como o estigma, um elemento da permanência da hanseníase, tem contribuído para os resultados obtidos na execução das políticas de combate e controle da doença em Teresina, na fase pós-isolamento compulsório (1976-2000). Especificamente, a pesquisa teve como objetivos: investigar como a cidade de Teresina inseriu-se no contexto de mudanças de políticas sanitárias nacionais e das modificações no sistema nacional de saúde, durante o período em estudo; discutir os desdobramentos históricos das políticas sanitárias que se redefiniram após a abertura dos leprosários; debater como as políticas nacionais e locais de combate à hanseníase relacionam-se com o estigma; examinar o papel do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), no fomento de políticas de controle da hanseníase e de assistência ao doente.

Para isso, primeiramente situou-se o leitor na contextualização sobre a problemática da hanseníase em nível nacional, apresentando o objeto de estudo situado nas discussões de História da Saúde e das Doenças e História do Tempo Presente. Assim, foi reiterada a conjuntura em que a problemática esteve incorporada às modificações no sistema público de saúde e às alterações no protocolo de combate à doença, que, anteriormente, estava voltado ao isolamento compulsório, mas que, ao longo da segunda metade do século XX, passou a ter foco no tratamento ambulatorial.

Nesse momento, foram utilizadas as portarias federais publicadas durante esse período para que fosse verificado como essas alterações foram ocorrendo ao longo dessas décadas, constando-se a ênfase que a educação em saúde passou a ter como forma de desmistificar os estigmas atribuídos à hanseníase.

Após a contextualização sobre questões pertinentes ao campo da História e a temática em estudo, na seção seguinte, foi realizada a discussão mais específica sobre a trajetória da hanseníase em Teresina, dialogando sobre como os dilemas referentes à saúde e à doença constituem-se na cidade, bem como os aspectos socioculturais em que o município esteve englobado no período. Além disso, foi exposto sobre como o estigma influenciou a permanência da endemia, aspecto encontrado, inclusive, nas documentações oficiais, em relatórios de atividades do município. Nesse sentido, as fontes hemerográficas presentes no jornal *O Dia* e os referidos documentos oficiais foram pertinentes para a construção do texto, possibilitando a identificação de como essa discussão ocorreu de modo específico em Teresina.

Notou-se que, apesar das especificidades, problemas como a questão econômica em que o país esteve envolto naquele contexto influenciaram diretamente na permanência da problemática na capital, uma vez que dificultava que as ações fossem exercidas de maneira eficiente, como pôde ser percebido a partir da análise das documentações. Todavia, como discutido, isso não pode ser visto como o único responsável, pois houve outros fatores que afetaram essa situação como as questões socioculturais relacionadas aos medos, preconceitos, e a ineficiência de políticas que visavam à eliminação da doença.

Além disso, ao fazer o cruzamento das fontes, entende-se que, em certa medida, há discrepância entre o modo como foram apresentadas as ações promovidas pelo município e a condição dos moradores nas notícias dos jornais. Enquanto as primeiras fontes mostravam que a situação estava em constante evolução, mesmo diante de problemas financeiros, as fontes hemerográficas apontavam que a sociedade permanecia com problemas graves na infraestrutura e na dificuldade de acesso da população aos serviços públicos, denotando que a situação no cotidiano era ainda mais desafiadora do que as apresentadas nas fontes oficiais.

Somado a isso, foi exposto sobre o papel do Centro Maria Imaculada, no tratamento da hanseníase na cidade, utilizando como fontes os relatórios de atividades da instituição e o depoimento oral de José Oliveira, um dos funcionários mais antigos. Nesse sentido, diante da dificuldade de levantamento de fontes sobre o começo da iniciativa filantrópica, a metodologia da História Oral foi pertinente para que fosse possível a construção da narrativa histórica, uma vez que não houve acesso a documentações mais antigas sobre a instituição, antes da ASA assumir o comando, no período em que ela se denominava Sociedade Eunice Weaver.

A quarta seção teve como intuito continuar a discussão sobre estigma e as redefinições políticas pós-isolamento compulsório, dando-se ênfase, nessa parte do trabalho, à perspectiva dos acometidos pela hanseníase. Por isso, na primeira subseção, o foco esteve na trajetória de pessoas que tiveram a doença, analisando como esse aspecto afetou o cotidiano desses sujeitos. Na sequência, foram apresentadas considerações sobre o Morhan, movimento importante na luta pelos direitos de quem tem ou teve hanseníase.

Nesse tópico, foi relacionado o papel do movimento e como ele atuou na conquista por direitos e por atividades que tivessem o intuito de controlar a enfermidade. E, para isso, entrevista de Ruimar Batista e Francilene Mesquita foram basilares por se tratarem de sujeitos que, além de terem sido acometidos pela doença, participaram do movimento como lideranças, em contextos distintos.

Além disso, as entrevistas com Antônio Lima, Francisco da Silva e Acelino Abreu foram importantes para mostrar como os sujeitos que não estiveram envolvidos diretamente com o

movimento social foram afetados pela doença. Além disso, em seus relatos, verifica-se a importância do Centro Maria Imaculada no tratamento das pessoas acometidas pela doença, bem como é reiterado a participação que o Morhan teve através da organização de atividades educativas na própria instituição.

Ao final desta dissertação, diante dos indicadores que apontam o Brasil como o segundo país com maior número de infectados pela doença, percebe-se que as discussões do ponto de vista histórico da doença devem ser fomentadas, em especial, diante do contexto das redefinições pós-isolamento compulsório, considerando o momento em que a doença muda a denominação de lepra para hanseníase, pois, como dito, tal mudança ocorreu em um contexto totalmente discrepante. Afinal, durante as últimas décadas do século XX, a partir das discussões sobre universalização e democratização da saúde, após a promulgação da CF de 1988, as condições de saúde e doença foram se alterando, com o ensejo de abarcar a população de maneira mais ampla.

Assim, constatou-se que as mudanças no tratamento de combate à doença foram positivas para a redução da incidência. Porém, não o suficiente para o cumprimento da meta de eliminação da doença, uma vez que a hanseníase esteve fortemente ligada aos aspectos socioculturais que dificultam a concretização dessa meta, como é o caso do estigma.

Nesse sentido, o estigma enquanto problema sociocultural, somado aos preconceitos, à falta de infraestrutura adequada para acesso dos sujeitos aos serviços de saúde, dentre outros problemas que influenciam a permanência da hanseníase precisam continuar sendo discutidos, para que a doença seja finalmente erradicada.

Dessa forma, somente através da educação, da explicação sobre aspectos pertinentes à enfermidade, é que o preconceito poderá ser reduzido e, por consequência, a problemática da doença poderá ser suavizada, uma vez que existem protocolos eficientes para o seu combate, mas devido aos aspectos socioculturais e políticos que afetam essa circunstância, acabam por resultar no não cumprimento das metas previstas de eliminação da hanseníase. E dentre esses fatores, avulta o estigma enquanto um dos principais fatores para que essa condição perdure.

Por fim, espera-se que esta dissertação possa contribuir para a ampliação da historiografia que aborda a saúde e as doenças enquanto fenômenos socioculturais e políticos, no contexto do final do século XX, em que houve mudanças estruturais nas políticas de saúde. Considera-se, então, dentre permanências e modificações as doenças, não apenas como entes biológicos, mas, para além disso, entidades socioculturais, e para a compreensão das problemáticas atuais também se faz necessário compreender esses aspectos que explicam essa condição

Outro aspecto é a ampliação do estudo sobre a problemática da hanseníase e como ela se insere na sociedade, considerando a importância de tratar esses aspectos para a diminuição de fatores historicamente construídos, como preconceito, discriminação, depreciação e estigmas e, que, conforme argumentado, ao longo deste trabalho, só poderão ter sua situação melhorada, através de uma maior ênfase do problema no debate público.

REFERÊNCIAS

LIVROS, DISSERTAÇÕES E TESES

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALVARENGA, Antonia Valteria Melo. *Desenvolvimento e Segregação: políticas de modernização e isolamento compulsório de famílias afetadas pela lepra no Piauí (1930-1960)*. 2011. 359 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Nação, país moderno e povo saudável: política de combate a lepra no Piauí*. Teresina: Edufpi, 2013.
- AMADO, Janaína. O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. *História*, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.
- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARVALHO, Keila Auxiliadora de. *Colônia Santa Izabel: a lepra e o isolamento em Minas Gerais (1920-1960)*. 2012. 245 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. [Le città invisibili, 1972].
- CAPONI, Sandra. *Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica* [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/dg2mj/pdf/caponi-9788575415153.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.
- CLARO, Lenita Barreto Lorena. *Hanseníase: representações sobre a doença*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CHAUVEAU, Agnés; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre. Editora: Artmed, 2010.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, [S.l.], v. 6, p. 9-25, 2003.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no governo Vargas (1930 -1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo. *Nasce um bairro, renasce a esperança: história e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde*. Teresina: EDUFPI, 2017.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec: ANPOCS, 1998.

MACIEL, Laurinda Rosa. *“Em proveito dos sãos, perde o Lázaro a liberdade”*: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). 2007. 380 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. *“Manter sadia a criança sã”*: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais*. 2009. 369 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MONTE, Regianny Lima. *A Cidade Esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970*. 210. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, 2010.

MONTEIRO, Yara Nogueira. *Da maldição divina à exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*. 1995. 492 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade de São Paulo, 1995.

MONTEIRO, Simone; VILLELA, Wilza. *Estigma e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

- MONTEIRO, Yara Nogueira. (Org.). *História da hanseníase no Brasil: silêncios e segregação*. São Paulo: LEER-USP: Fundação Paulista Contra Hanseníase: Intermeios, 2019.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo. *Fundação Ataulpho de Paiva: Liga Brasileira contra a Tuberculose*. Rio de Janeiro: Quadratim, 2002.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo. *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *Cartografias sentimentais e narrativas historiográficas sobre Teresina e Oeiras*. Teresina: EdUESPI, 2021. (Parte 1).
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Rodrigues de. *Perfil da hanseníase em menores de 15 anos no município de Teresina-Piauí*. 2008. 63f. Dissertação (Mestrado em Vigilância em Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.
- PORTO, Carla Lisboa. *Reinventando um lugar de exclusão: práticas, representações e sociabilidades de portadores do Mal de Hansen no Aimorés (Bauru – São Paulo, 1945 – 1969)*. 2017. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.
- PRADO, André Igor Oliveira. *Saúde, adoecimento, atenção e autoatenção entre pessoas atingidas pela hanseníase em Teresina (Piauí, Brasil)*. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Assistência Farmacêutica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SANTOS, Daniel Guimarães Elian dos. *Massacre de Manguinhos: a ciência brasileira e o regime militar (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2020.
- SERRES, Juliane Conceição Primon. *Memórias do isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital Colônia do Itapuã*. 2009. 216 f. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo-RS, 2009.
- SILVEIRA, Bruna Alves. *Práticas sociais, memórias e vivências no combate à lepra: isolamento compulsório em asilos-colônia e preventórios brasileiros - 1935 a 1986*. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, 2013.
- TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3. ed, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. O que é contemporâneo? In: AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. p. 55-73.

ARAÚJO, Johny Santana de. Os caminhos de interação entre história, historiografia e teoria. *Revista de Teoria da História*, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 225-249, abr. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/35125>. Acesso em: 18 jul. 2021.

CABRAL, Dilma. Uma profilaxia ímpar: o lugar da lepra entre as endemias nacionais. In: *Simpósio Nacional de História*, 25., 2009, Fortaleza (CE). *Anais [...]*. Fortaleza, 2009. p. 1-12.

ESCOREL, Sarah. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à Reforma Sanitária. In: GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Leanura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de. (Org.). *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. v. 1. p. 323-364.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. *Revista Projeto História: trabalhos de memória*, SP: PUC, n.17, p. 213- 221, nov. 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/RS3GPtZ4kHcBH4ZqQgYtmsJ/?lang=pt#>. Acesso em: 16 dez. 2022.

GOMES, Elane Cristina Rodrigues. A lepra e a letra: Um doente e suas múltiplas temporalidades na cidade de Belém, século XX In: OLIVEIRA, Cláudia Freitas de Oliveira. (Org.). *História da saúde e das religiões*. Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

HOCHMAN, Gilberto. Saúde Pública e Federalismo: Desafios da Reforma Sanitária na Primeira República. In: HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (Org.). *Federalismo e Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. v. 1. p. 303-327.

KROPF, Simone Petraglia. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online], Rio de Janeiro, v. 16, suppl. 1, p. 205-227, 2009.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, R.V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz: Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. p. 23-40.

LIMA, Sílvia Maria Santana Andrade; LOPES, Wilza Gomes Reis; FAÇANHA, Antonio Cardoso. Urbanização e crescimento populacional: reflexões sobre a cidade de Teresina, Piauí. *Revista Gaia Scientia*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1-20, 2017.

LIMA, Antonia Jesuíta de. *A pobreza urbana e suas multifaces: experiências e significados*. In: CLABCS, 8., Coimbra – Portugal. p. 1-16, set. 2014.

MACIEL, Laurinda Rosa. Memórias e narrativas da lepra/hanseníase: uma reflexão sobre histórias de vida, experiências do adoecimento e políticas de saúde pública no Brasil do século XX. *História Oral*, [S. l.], v. 20, p. 33-54, 2017.

MELINSKI, Maiqui Christopher; GIRARDI, Dennys Robson. Diabetes e Hanseníase: estigma e cura, análise por meio de redes bayesianas. *Caderno PAIC*. v. 15, n. 1. 2014. Disponível em: <https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/77>. Acesso em: 24 dez. 2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 1992.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, Yara Nogueira. Imaginário sobre a Lepra e a Perpetuação dos medos. In: MONTEIRO, Yara Nogueira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *As doenças e os medos sociais*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.

MOTA, André; MARQUES, Maria Cristina Costa. A História do Tempo Presente, a Democracia Oligárquica e a Crise da Saúde no Brasil. In: MOTA, André; MARQUES, Maria Cristina Costa. (Org.). *História, Saúde Coletiva e Medicina*. São Paulo: Hucitec, 2018.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PARKER, Richard. Interseções entre Estigma, Preconceito e Discriminação na Saúde Pública Mundial. In: MONTEIRO, Simone; VILLELA, Wilza. *Estigma e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 25-46.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, Cidades sensíveis, Cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/BXNmGmrvkWDkdVR4VPskmLJ/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 09 maio 2022.

PHELAN, Jo; LINK, Bruce; DOVIDIO, John. Estigma e Preconceito: um animal ou dois? In: MONTEIRO, Simone; VILLELA, Wilza. *Estigma e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 183-207.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral Diferente. *Revista Projeto Escola*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p. 3-15, 1989.

RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, jul. 1999.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnés; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90* [online], [Porto Alegre], v. 27, p. 1-18, 2020.

SEIXAS, Jacy A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: NAXARA, M; BRESCIANI, S. (Org.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2004.

SILVA, Simone Santos de Almeida; FRANCO, Sebastião Pimentel. Lepra: uma “breve” história da doença. In: MONTEIRO, Yara Nogueira. (Org.). *História da Hanseníase no Brasil*: silêncio e segregação. São Paulo: LEER-USP; Fundação Paulista Contra Hanseníase; Intermeios, 2019.

TEIXEIRA, Luiz Antônio; PAIVA, Carlos Henrique Assunção. Saúde e reforma sanitária entre o autoritarismo e a democracia. In: TEIXEIRA, Luiz Antônio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (Org.). *História da saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2018. v. 1. p. 408-441.

FONTES

ACÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA. *Relatório das Atividades*. 1998.

ACÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA. *Relatório das Atividades*. 1999.

ACÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA. *Relatório Programático/Financeiro*. 2000.

ARANTES, Cíntia Kazue; PACHOAL, Vânia Del’Arco; GARCIA, Maria Luzia Rufino; FILIPE, Mariana Scombatti; NARDI, Susilene Maria Tonelly. Avaliação do serviço de saúde em relação ao diagnóstico precoce de hanseníase. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 19, p. 155-164, 2010.

AS CONDIÇÕES da pobreza em Teresina serão pesquisadas. *O Dia*. Teresina-PI, quarta-feira, 21 out. 1992.

ASSEMBLEIA faz debate sobre saúde. *O Dia*. Teresina-PI, quarta-feira, 08 abr. 1992.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH. *GT História da Saúde e das Doenças*. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/grupos-de-trabalho/atividades/item/305-gt-historia-da-saude-e-das-doencas>. Acesso em: 27 fev. 2021.

AUMENTA problema de habitação na capital. *O Dia*. Teresina-PI, quarta-feira, 15 abr. 1992.

BATISTA, Ruimar. *Morhan – Piauí: 25 anos*. Teresina: Edições Afreketê, 2010.

BAKIRTZIEF, Zoica. Identificando barreiras para aderência ao tratamento de hanseníase. *Cadernos de Saúde Pública (Fiocruz)*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 497-505, 1996.

BRASIL. Decreto nº 968, de 7 de maio de 1962. Baixa normas técnicas especiais para o controle da lepra no país e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 de maio de 1962.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 165/Bsb, de 14 de maio de 1976. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 de junho de 1976.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 498/Bsb, de 09 de outubro de 1987. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 de outubro de 1987.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 01/Bsb, de 07 de novembro de 1990. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 de janeiro de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.481/Bsb, de 19 de agosto de 1991. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 de agosto de 1991.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 862/Bsb, de 07 de agosto de 1992. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 de agosto de 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 814/Bsb, de 22 de julho de 1993. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 de junho de 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 815/Bsb, de 26 de julho de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 de julho de 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 816/Bsb, de 26 de julho de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 de julho de 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1073/Bsb, de 28 de setembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 de setembro de 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, *Diário Oficial da União*, 12 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia para o Controle da hanseníase*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da saúde. *Hanseníase*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hanseníase>. Acesso em: 29 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da saúde. Cólera. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/colera>. Acesso em: 9 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estratégia Nacional para o enfrentamento da Hanseníase - 2019-2022*. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. *Relatório Final da IX Conferência Nacional de Saúde*. 1993.

CARNEIRO, Alan. Verbete: José Raimundo Bona Medeiros. *Fundação Getúlio Vargas*, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-raimundo-bona-medeiros>. Acesso em: 06 dez. 2022.

CARNEIRO, Alan; ARAÚJO, Giana. Verbete: Heráclito de Sousa Fortes. *Fundação Getúlio Vargas*, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heraclito-de-sousa-fortes>. Acesso em: 06 dez. 2022.

CIATEN. Hanseníase: como e para que notificar?. *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m3NAS-LrJt8>. Acesso em; 15 dez. 2021.

EGITO, Edilson Pinheiro do. Situação atual da endemia hanseníase no município de Parnaíba: alta prevalência. *Hansenologia Internationalis*, Bauru, v. 7, n. 2, p. 84-87, 1982.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE. Histórico. Disponível em: <https://site.fms.pmt.pi.gov.br/historico>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Institucional. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/web/guest/institucional>. Acesso em: 26 nov. 2021.

GALLO, Maria Eugenia Novisk; NERY, José Augusto da Costa; GARCIA, Cláudia de Castro. Intercorrências pelas drogas utilizadas nos esquemas poliquimioterápicos em hanseníase. *Hansenologia Internationalis*, Bauru, v. 20, n. 2, p. 5-8, 1995.

HANSENÍANOS terão Colônia até março. *O Estado*, Teresina 27 de Outubro de 1977.

JUNQUEIRA, Eduardo; CARNEIRO, Alan. Verbete: Jesus Elias Tajra. *Fundação Getúlio Vargas*, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jesus-elias-tajra>. Acesso em: 06 dez. 2022.

JUNQUEIRA, Eduardo; CARNEIRO, Alan. Verbete: Wall Ferraz. *Fundação Getúlio Vargas*, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferraz-wall>. Acesso em: 18 maio 2022.

LIMA, Vânia Vieira; VIANA, Bartira Araújo da Silva. A dinâmica da política habitacional brasileira em Teresina-PI. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 5, n. 17, p. e11274, 2019. DOI: 10.18764/2446-6549.2019.11274. Disponível em:

<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/11274>. Acesso em: 24 dez. 2022.

LEPROSOS e doentes mentais perambulam o centro comercial. *O Dia*. Teresina-PI, quarta-feira, 28 dez. 1988.

LUCÍDIO pede investimento para a saúde. *O Dia*. Teresina-PI, sábado, 15 ago. 1992.

MORHAN – MOVIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DO HANSENIANO, 1993, Teresina. *Ata de fundação*. Teresina, 1993.

NOGUEIRA, Wagner; MARZLIAK Mary Lise Carvalho; GONÇALVES, Oflia S. J; BRASIL, Mitie Tada Lopes Rebello da Fonseca. Perspectivas de eliminação da hanseníase. *Hansenologia Internationalis*, Bauru, v. 210, n. 1 p. 19-28, 1995.

PADRE Pedro Balzi pode ser o primeiro santo de Teresina reconhecido pelo Vaticano. *Portal O Dia*. Disponível em: <https://portalodia.com/noticias/teresina/padre-pedro-balzi-pode-ser-o-primeiro-santo-de-teresina-reconhecido-pelo-vaticano-390498.html>. Acesso em: 06 dez. 2022.

PADRE Tony Batista é o novo imortal da Academia Piauiense de Letras. *Arquidiocese de Teresina*. Disponível em: <https://arquidiocesedeteresina.org.br/2022/04/02/padre-tony-batista-e-o-novo-imortal-da-academia-piauiense-de-letras/>. Acesso em: 06 dez. 2022.

PANDEMIA DE HISTÓRIA. Seção Sobre. Disponível em: <https://pandemiadehistoria.wordpress.com/about/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

POSTO médico recebe críticas de moradores. *O Dia*. Teresina-PI, domingo/segunda, 15/16 abr. 1979.

PORTAL DO MOVIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DE PESSOAS ATINGIDAS PELA HANSENIASE. *Apresentação Cronológica da Luta do Morhan*. 2021. Disponível em: <http://www.morhan.org.br/institucional>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PROBLEMAS de saúde. *O Dia*. Teresina-PI, quarta-feira, 12 ago. 1992.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA CASA OSWALDO CRUZ. Seção Linha de Pesquisa. Disponível em: <http://ppghcs.coc.fiocruz.br/index.php/br/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 13 jun. 2021.

RUA mal cuidada pode dar até lepra. *O Dia*. Teresina-PI, terça-feira, 05 mar. 1985, p. 2.

SECRETÁRIO diz que leprosos tem cidade até o fim de dezembro. de saúde. *O Estado*, Ano VIII, nº 1.413, Teresina 29 de Setembro de 1977.

SISTEMA DE LEGISLAÇÃO EM SAÚDE. Seção de Pesquisas. Disponível em: saudelegis.saude.gov.br/. Acesso em: 26 nov. 2021.

TERESINA. *Relatório de atividades de 1976*. Prefeitura Municipal de Teresina, 1976.

TERESINA. *Lei nº1542 de 20 de junho de 1977. Cria a “Fundação Municipal de Saúde” - FMS e dá outras providências.* Teresina, 1977.

TERESINA. *Relatório de atividades de 1981.* Prefeitura Municipal de Teresina, 1982.

TERESINA. *Relatório de atividades de 1982.* Prefeitura Municipal de Teresina, 1983.

TERESINA. *Mensagem Anual das atividades do poder executivo desenvolvidas no exercício de 1990.* Prefeitura Municipal de Teresina, 1991.

TERESINA. *Relatório de atividades de 1991.* Prefeitura Municipal de Teresina, 1992.

TERESINA. *Relatório de atividades de 1995.* Prefeitura Municipal de Teresina, 1996.

TERESINA. *Relatório de atividades de 1997.* Prefeitura Municipal de Teresina, 1998.

TERESINA. *Relatório de atividades de 1998.* Prefeitura Municipal de Teresina, 1999.

TERESINA. *Relatório de atividades de 1999.* Prefeitura Municipal de Teresina, 2000.

TERESINA. *Relatório de atividades de 2000.* Prefeitura Municipal de Teresina, 2001.

TERESINA. *Relatório de Gestão 1997.* Prefeitura Municipal de Teresina. Fundação Municipal de Saúde. 1998.

TERESINA. *Relatório de Gestão 1999.* Prefeitura Municipal de Teresina. Fundação Municipal de Saúde. 2000.

TERESINA terá plano de saúde. *O Dia.* Teresina-PI, sábado, 18 mar. 1989.

TERESINA. *Convênio de Assistência à Saúde, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Teresina, através de sua Fundação Municipal de Saúde e o (a) Ação Social Arquidiocesana -ASA.* 1996.

TERESINA. *Prefeitos de Teresina. Secretaria Municipal de Planejamento,* Teresina, 2018. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/prefeitos-de-teresina/>. Acesso em: 18 maio 2022.

VELOSO, Dilbert Silva. *Perfil Clínico-Epidemiológico da hanseníase no Estado do Piauí, no período de 2009 a 2016.* 126 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Tropical) – Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Teresina, 2018.

1991: PREPARAÇÃO para o futuro. *O Dia.* Teresina-PI, domingo/segunda, 05/06 jan. 1992.

ENTREVISTAS

ABREU, Acelino Afonso [69 anos]. [jun. 2022] Entrevistador: Gabriel Rocha da Silva. Teresina, 2022.

BATISTA, Ruimar [63 anos]. [abr. 2022]. Entrevistador: Gabriel Rocha da Silva. Teresina, 2022.

LIMA, Antônio Ferreira [66 anos]. [jun. 2022]. Entrevistador: Gabriel Rocha da Silva. Teresina, 2022.

MESQUITA, Francilene Carvalho de [44 anos]. [out. 2021]. Entrevistador: Gabriel Rocha da Silva. Teresina, 2021.

OLIVEIRA, José [54 anos]. [maio 2022]. Entrevistador: Gabriel Rocha da Silva. Teresina, 2022.

SILVA, Francisco da [79 anos]. [jun. 2022]. Entrevistador: Gabriel Rocha da Silva. Teresina, 2022.